

CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

TELMA MARIA SILVA COSTA

ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DO IDOSO INSTITUCIONALIZADO: ABANDONO,
TERRITORIALIDADE E PERSPECTIVAS DE CUIDADO

JUAZEIRO DO NORTE – CE

2019

TELMA MARIA SILVA DA COSTA

ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DO IDOSO INSTITUCIONALIZADO: ABANDONO,
TERRITORIALIDADE E PERSPECTIVAS DE CUIDADO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Psicologia, do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, como requisito obrigatório para obtenção do título de Graduada em Psicologia.

Orientadora: Larissa Maria Linard Ramalho

JUAZEIRO DO NORTE – CE

2019

ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DO IDOSO INSTITUCIONALIZADO: ABANDONO, TERRITORIALIDADE E PERSPECTIVAS DE CUIDADO

Telma Maria Silva da Costa¹
Larissa Maria Linard Ramalho²

RESUMO

Observa-se que na atualidade, o crescente número de idosos tem aumentado significativamente, sendo aliada a esse aumento uma gama de questões que envolvem desde os cuidados necessários ao abandono propriamente dito, sobretudo por parte dos familiares. A partir disso, tem-se como objetivo geral identificar na literatura como os idosos vivenciam o processo do abandono por parte de sua família. Em pormenores, têm-se como objetivos específicos explorar como dar-se a atuação da psicologia pertinente a vivência do idoso frente ao abandono familiar, conhecer os mecanismos de enfrentamento do idoso na ILPI e investigar os impactos psicológicos decorrentes do abandono para com o idoso. Em relação a metodologia, consistiu em um estudo qualitativo, bibliográfico e exploratório, onde por meio das plataformas periódicos Capes, BVS-Psi, Scielo e Google Acadêmico, foram realizados um levantamento bibliográfico de 120 literaturas, sendo escolhidos 33. Os critérios usados foram: artigos dos últimos 10 anos, com ressalva de alguns por possuírem elementos importantes para a pesquisa e de critério de exclusão bibliografias que não tinham relação com o tema. Quanto aos descritores utilizados destaca-se: processo de envelhecimento, idoso e abandono; perspectivas sobre o envelhecimento; o envelhecer e o idoso; abandono e idoso; abandono familiar e idoso; saúde mental e idoso na ILPI e direitos violados e velhice. No que diz respeito ao referencial teórico, as literaturas elucidam o envelhecimento como uma evolução contínua, visto que a velhice representa uma parte do desenvolvimento do ser humano. A associação da fase da velhice para com o declínio está vinculada a nova forma de constituição dos valores da sociedade. Tal contexto é demarcado pela hipervalorização do jovem em detrimento do que é “velho. Assim, enfatiza-se a questão do abandono do idoso por parte de seus familiares, onde as Instituições de Longa Permanência para Idoso (ILPIs) tem ganhado expressivo destaque nos últimos anos. Foram percebidos ainda que os sentimentos centrais vivenciados pelos idosos nessas instituições estão direcionadas as experiências como de solidão, abandono e desprezo. Por fim, concluiu-se que a negação da velhice tem gerado consequências expressivas, a exemplo do abandono dos idosos nas ILPIs. Os estudos apontam que o abandono, tem causado um impacto considerável na vida desses, indo desde consequências a nível biológico, neurológico à mental. Aqui, o papel do psicólogo é imprescindível, devido a sua atuação está direcionada a considerar o outro em sua subjetividade, o entendendo como uma pessoa autônoma, capaz e condutora da sua própria vida.

Palavras-chave: Idoso. Abandono familiar. Instituições de Longa Permanência para Idosos. Consequências psicológicas.

¹ Discente do curso de Psicologia do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio. Email: ma.telma19@hotmail.com

² Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio. Email: larissaramalho@leão.sampaio.edu.br

ABSTRACT

it is observed that the increasing number of elderly people has increased significantly, allied to this increase being a range of issues ranging from the care necessary to abandonment itself, especially by family members. From this, it is a general objective to identify in the literature how the elderly experience the process of abandonment by their family. In detail, the specific objectives of this study are to explore how the pertinent psychology can deal with elderly people's experience of family abandonment, to know the coping mechanisms of the elderly in ILPI and to investigate the psychological impact of abandoning them to the elderly. Regarding the methodology, consisted of a qualitative, bibliographic and exploratory study, where a bibliographical survey of 120 literatures was carried out through the Capes, VHL-Psi, Scielo and Google Academic journals. The criteria used were: articles from the last 10 years, with the exception of some because they have important elements for the research and for the criterion of exclusion bibliographies that had no relation with the theme. Regarding the descriptors used, the following stand out: the aging process, the elderly and abandonment; perspectives on aging; the elderly and the elderly; abandonment and the elderly; family and elderly abandonment; mental health and elderly in ILPI and violated rights and old age. With regard to the theoretical framework, Literatures elucidate aging as a continuous evolution, since old age represents a part of the development of the human being. The association of the old age phase with the decline is linked to the new form of constitution of society's values. Such context is demarcated by the hypervaluation of the young to the detriment of what is "old. Thus, the issue of the abandonment of the elderly by their relatives is emphasized, where Long-term Care for the Elderly (ILPIs) has gained significant prominence in recent years. It was also noticed that the central feelings experienced by the elderly in these institutions are directed to the experiences as of solitude, neglect and contempt. Finally, it was concluded that the denial of old age has generated significant consequences, such as the abandonment of the elderly in the ILPIs. The studies indicate that abandonment has had a considerable impact on their lives, ranging from biological, neurological to mental. Here, the role of the psychologist is essential, because of his performance is directed to consider the other in his subjectivity, understanding him as an autonomous person, capable and conductive of his own life.

Keywords: Old man. Family abandonment. Long-Term Institutions for the Elderly. Psychological consequences.

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que no contexto da contemporaneidade, o crescente número de idosos tem aumentado significativamente, sendo aliada a esse aumento uma gama de questões que envolvem desde os cuidados necessários ao abandono propriamente dito, sobretudo por parte dos familiares.

Em vista disso, além de representar uma temática vigente, a importância de discuti-lo se faz necessário à medida que nos ajuda na compreensão das circunstâncias motivadoras para tal ação, a exemplo de assuntos pertinentes aos cuidados, abandono, entre outras coisas. Deste modo, nota-se a partir das literaturas pesquisadas que uma das principais contribuições para o abandono do idoso é em decorrência da percepção da não produtividade ou até mesmo ao seu caráter de valorização do que é jovem, desqualificando, portanto, a figura do mesmo.

Logo, o estudo justifica-se que o desenvolvimento da pesquisa não acontecerá apenas no domínio científico, mas também no campo social e pessoal, além de enriquecer os conhecimentos da pesquisadora ao se deparar com os conteúdos poucos explorados. O estudo ainda visa contribuir para uma compreensão mais abrangente sobre a experiência do idoso dentro das Instituições de Longa Permanência para Idosos, explorando, especialmente, os seus impactos psicológicos decorrentes dessa experiência e os mecanismos de enfrentamento desenvolvido pelos mesmos.

Avaliando todo o contexto e relevância que a pesquisa exercerá a pesquisadora propõe não somente responder a indagações ou buscar um saber antes desconhecido e, sim, ampliar antigos e erigir novos saberes. Espera-se que os resultados encontrados possam contribuir de maneira significativa para a compreensão das experiências do idoso frente ao abandono familiar.

Assim, o objetivo principal da presente pesquisa é identificar na literatura como os idosos vivenciam o processo do abandono por parte de sua família. Visto que em pormenores, têm-se como objetivos específicos explorar como dar-se a atuação da psicologia pertinente a vivência do idoso frente ao abandono familiar; conhecer os mecanismos de enfrentamento do idoso na Instituição de Longa Permanência para Idosos e investigar os impactos psicológicos decorrentes do abandono para com o idoso.

2 METODOLOGIA

Quanto a metodologia, de acordo com Lakatos (2012), compreende-se por metodologia uma área ampla que envolve diversos elementos, abordagens, técnicas e questionamentos pertinentes ao quanto, onde, com quê e como será erigida a pesquisa, cujo intuito é servir como direcionamento para o que se quer desenvolver.

Dessa forma, os métodos de investigação foram fundamentados à pesquisa qualitativa, bibliográfica e exploratória. O método de pesquisa qualitativo, segundo Marconi e Lakatos (2011), caracteriza-se pela análise e interpretação rigorosa dos elementos, no intuito de descrever a complexa realidade e o comportamento humano de forma mais minuciosa, como por exemplo, costumes, atitudes etc.

Quanto à exploratória na qual tem como finalidade proporcionar maior interação do pesquisador com o tema abordado, tendo em vista a explicitação do conteúdo fazendo o pesquisador ampliar sua visão. Esse tipo de pesquisa se caracteriza pela flexibilidade, visto que o investigador tende a levar em conta os mais variados elementos inerentes ao fenômeno estudado. Já à pesquisa bibliográfica, define-se como a análise de jornais, revistas, teses, periódicos científicos, documentos, livros, artigos com perspectivas diversificadas, cujo objetivo está em chegar a novas conclusões (MARCONI, 2001).

Por sua vez, a metodologia consistiu em um estudo qualitativo, bibliográfico e exploratório, onde por meio das plataformas periódicos Capes, BVS-Psi, Scielo e Google Acadêmico, foram realizados um levantamento bibliográfico de 120 literaturas, sendo escolhidos 33. Os critérios usados foram: artigos dos últimos 10 anos, com ressalva de alguns por possuírem elementos importantes para a pesquisa e de critério de exclusão bibliografias que não tinham relação com o tema.

Referente aos descritores utilizados destaca-se: processo de envelhecimento, idoso e abandono; perspectivas sobre o envelhecimento; o envelhecer e o idoso; abandono e idoso; abandono familiar e idoso; saúde mental e idoso na ILPI e direitos violados e velhice.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 PERSPECTIVAS SOBRE OS PROCESSOS DE ENVELHECIMENTO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO

Nota-se que o envelhecimento e a velhice apresentam distinções significativas. A partir disso, se verifica que apesar de suas disparidades, de forma majoritária, as literaturas elucidam o envelhecimento como uma evolução contínua, visto que a velhice representa uma parte do desenvolvimento do ser humano. Por mais que comumente essa última, respectivamente, seja embasa numa perspectiva de cunho cronológico, considerada dos 60 anos em diante, é importante destacar a existência de outras formas de compreendê-la, a exemplo das idades biológicas, de funcionalidade, bem como relacionadas a aspectos psicológicos (PAPÁLIA, 2013).

Em um viés cronológico, complementa Schneider e Irigaray (2008), deve-se considerar que a idade não representa apenas um sinalizador que demarca a fase da velhice, e sim que está relacionado a um contexto mais amplo no qual faz parte do processo de envelhecimento, isto é, tal desenvolvimento possui influência da subjetividade do sujeito e igualmente da sua capacidade de interação com o meio e consigo mesmo.

Pertinente à perspectiva biológica, afirma a autora Silva (2008), que o papel da medicina moderna exerceu significativa influência, sobretudo quanto ao estudo do processo de envelhecer de forma mais pragmática, ampliando, portanto, os saberes a respeito da evolução e transformações decorridas no corpo humano. Deste modo, embora haja todo um desenvolvimento de práticas direcionadas à prolongação da juventude, e que a velhice desempenha uma ação de indicação de deterioração do corpo, viu-se por meio dos estudos um vínculo direto de que a morte possui um elo com patologias decorrentes desse envelhecer.

Segundo Rodrigues et al. (2010), em uma contextualização social, as pesquisas sobre a velhice estão embasadas na gerontologia social, visto que essa perpassa saberes como da antropologia, política, da psicologia, questões legais, espiritual, ambiental, assim como preceitos éticos que constituem, assim, o processo

do envelhecer propriamente dito. Afirma ainda o autor supracitado acima, que é importante destacar que as reflexões precisam exceder os saberes anteriormente citados, e também contemplarem características como: condutas comportamentais, atitudes, estilos de vida, exercício de papéis dentro da cultura em que se vive, economia, dentre outros elementos presentes no panorama social desse sujeito em processo de envelhecimento.

No enfoque dos elementos que embasam as pesquisas sobre a velhice, a questão psicológica se constitui em um contexto em que durante o século XX a Psicologia do Desenvolvimento já se via insuficiente ao separar o desenvolvimento humano sem considerar que a velhice é fase relevante na vida de cada sujeito, logo a psicologia a partir de novas reflexões e reformulações, esse saber passou a atribuir significativo valor ao envelhecer. Com essa nova configuração de atuação, percebeu-se uma ampliação de suas perspectivas para outras vertentes além do conhecimento psicológico, a exemplo das ciências sociais, visto que, em consequência, contribuiu para o desenvolver de novas ferramentas e estudos pertinentes ao tema, bem como de um entendimento de que o envelhecimento pode ser caracterizado como ativo e saudável (NÉRI, 2004).

Nesta medida, o entendimento do processo de envelhecimento deve estar inclinado a circunstâncias que envolvam um emaranhado de fatores, já que simboliza transformações que abrange todas as etapas, especialmente a velhice. De acordo com Moreira (2012), muitos autores defendem que a velhice é visualizada como experiência de declínio, em contraponto, outros estudos apontam que há evidências de que existe desenvolvimento nessa fase da vida. Entretanto, frisa-se que essa etapa se caracteriza por muitos prejuízos quer seja de caráter físico, psicológico, cognitivo, dentre outros (PAPÁLIA, 2013).

Elucida ainda Moreira (2012), embasada em Renaut (1998) e Drawin (2003), que a associação da fase da velhice para com o declínio está vinculada a nova forma de constituição dos valores da sociedade, indo da clássica à pósmodernidade. Esta última, respectivamente, caracteriza-se por meio de uma fragmentação ou enfraquecimento dos laços com as tradições, o que, conseqüentemente, finda proporcionando uma valorização exacerbada ao novo e ao futuro. Esse novo modelo

social, além enfatizar o presente afeta diretamente, de forma negativa, a figura do idoso, portanto, desqualificando-o, sendo indigno de valorização.

3.1.1 O idoso, o abandono e as legislações

De acordo com os dados obtidos pelo IBGE publicados no ano de 2018, no portal de notícias, a população idosa do Brasil manteve um crescente quando comparados os anos de 2012 e 2017, onde no ano, de 2012, o número chegava a 4,8 milhões e, em 2017, o número atingiu o marco de 30,2 milhões. Assim, dentro de cinco anos houve um aumento de 18% dos idosos, mantendo sua representação. Destaca-se também que, dentro desse dado quantitativo de idosos, o gênero feminino sobrepõe com um número de 56%, em contrapartida, o público idoso masculino contabiliza 44%.

Segundo a gerente da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD CONTÍNUA), Maria Lúcia Vieira, essa crescente e expressiva representatividade da velhice está em processo de expansão não somente no Brasil, mas, categorizado como um evento mundial, devido ao atento para com a saúde gerando qualidade de vida, como também, a escolha das mulheres pela diminuição do número de nascimento dos filhos, o que finda por contribuir para o aumento dos índices desse fenômeno (BRASIL, 2018).

Verifica-se ainda com o crescente número de idosos tanto em nível mundial como na realidade brasileira, uma série de significados atrelados à velhice, isto em decorrência das modificações culturais advindas com os passar dos anos. A terminologia idosa tem sido atribuída majoritariamente a conotação de cunho negativo, a exemplo de antigo e deteriorado. Como explicitado por Viegas e Barros (2016), o contexto da contemporaneidade é demarcado pela hipervalorização do jovem, do belo, em detrimento do que é “velho”.

A psicologia do envelhecimento focaliza as mudanças nos desempenhos cognitivos, afetivos e sociais, bem como as alterações em motivações, interesses, atitudes e valores que são característicos dos anos mais avançados da vida adulta e dos anos da velhice. Enfoca as diferenças intraindividuais e interindividuais que caracterizam os diferentes processos psicológicos na velhice, levando em conta os desempenhos de diferentes grupos de idade e sexo e de grupos portadores de diferentes bagagens educacionais e socioculturais. Estuda também os processos e as condições problemáticas que caracterizam e que afetam o funcionamento psicológico dos indivíduos mais velhos (NÉRI, 2004, p.72-73)

Nesta perspectiva, destaca-se a questão do abandono do idoso por parte de seus familiares. No entanto, antes de adentrar na importância da Psicologia na compreensão da experiência do abandono vivenciada pelo idoso, é importante explicitar os seus significados.

De acordo com o Estatuto do Idoso representado por meio da Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003, o termo do abandono pode ser caracterizado quando existe a negligência de cuidado quer seja em um viés material ou imaterial. É considerado abandono material quando o mesmo não consegue usufruir de componentes basilares para a sua manutenção como, por exemplo, água, comida, roupas, etc.

Segundo o Código Penal brasileiro, especificamente o art. 244, abandono é considerado crime quando:

Art. 244 - Deixar, sem justa causa, de prover a subsistência do cônjuge, ou de filho menor de 18 (dezoito) anos ou inapto para o trabalho, ou de ascendente inválido ou maior de 60 (sessenta) anos, não lhes proporcionando os recursos necessários ou faltando ao pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada deixar, sem justa causa, de socorrer descendente ou ascendente, gravemente enfermo: (Alterado pela L-010.741-2003) Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa, de uma a dez vezes o maior salário mínimo vigente no País (BRASIL, 1940).

Em complemento, o Estatuto de Idoso explicita no art. 3 e 99 que,

Art. 3º: É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. [...]

Art. 99. Expor a perigo a integridade e a saúde, física ou psíquica, do idoso, submetendo-o a condições desumanas ou degradantes ou privando-o de alimentos e cuidados indispensáveis, quando obrigado a fazê-lo, ou sujeitando-o a trabalho excessivo ou inadequado:

Pena – detenção de 2 (dois) meses a 1 (um) ano e multa.

§ 1º Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena – reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

§ 2º Se resulta a morte:

Pena – reclusão de 4 (quatro) a 12 (doze) anos. (BRASIL, 2003).

Percebe-se com isso, que o abandono material e imaterial estão implicados à medida que se compreende o processo propriamente dito, isto é, se de um lado existem a ausência de cuidados vinculado ao usufruir de alimentos para a

subsistência, por outro, é designado imaterial quando o idoso está inserido em um ambiente que não é provido segurança para sua integridade física, emocional e mental.

Assim, mediante ao número expressivo desse público que aparece como um novo aporte social, a psicologia aparece como um mediador entre o meio social juntamente com o idoso, no intuito de estudar e desenvolver teorias que facilitem a convivência dessa enorme expressividade. (SANTOS; GERLACH; DRÜG, 2015).

Sendo então, uma das formas que a psicologia encontrou de compreender o envelhecimento, é que ao dialogar com esse extrato, pressupõem uma perspectiva de que o sentir-se velho caracteriza-se como identificação subjetiva, partindo da conjectura que ao adentrar nessa nova etapa da vida o sujeito idoso acaba por reinventar-se para o enfrentamento do envelhecimento e a psicologia pode compor esse campo ao subsidiar esse auxílio para aqueles que por algum motivo não detêm de artifícios psicológicos suficientes para tal (SANTOS, GERLACH; DRÜG, 2015).

3.2 AS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS NA REALIDADE BRASILEIRA

3.2.1 Conceituando a Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI)

A velhice é uma das fases do ciclo da vida de todo ser humano, marcada por transformações físicas e psíquicas que interfere no desenvolvimento do indivíduo em todos os campos da vida. E cada um vivencia esta fase de maneira singular, necessitando, neste caso, de um olhar ampliado longe de generalizações que padronizam a pessoa idosa geralmente consagrando-a como limitada e inválida, afastada das carreiras profissionais, das atividades físicas entre outras atividades, tornando este público cada vez mais estigmatizado, impedindo a pessoa idosa de vivenciar sua fase de maneira feliz e realizada devido a repressão sofrida (COLOMÉ et al., 2011)

Entre as décadas de 60 e 70 que no Brasil o tema sobre o abandono do idoso ganha referência, contrariando épocas anteriores quando o tema não era

considerado importante e por isso não era citado pelo governo em políticas afins. Com isso é por volta do ano de 1990 que a legislação se volta para o idoso em todos os campos do legislativo, municipal, estadual e federal (RODRIGUES et al., 2007).

O conjunto de Leis que vigoram em torno da proteção da pessoa idosa contém partes importantes da Constituição Federal, esta diante de suas generalizações para proteger o indivíduo, possibilita estabelecer tanto a dignidade quanto o respeito a todo e qualquer cidadão, deixando claro especificamente tais disposições. Outra Lei importante, que segue na mesma linha é a Política Nacional do idoso representada pela Lei nº 8.842 de 4 de janeiro de 1994 e o Estatuto do Idoso que compõe a Lei nº10.741 de 1 de outubro de 2003 (RODRIGUES et al., 2007).

Neste intuito, em meio ao aumento de idosos no Brasil, as Instituições de Longa Permanência para Idoso (ILPIs) tem ganhado expressivo destaque nos últimos anos. Isto decorre devido a dois fatores como o aumento da expectativa de vida e o número significativo das taxas de natalidade. De acordo com informações da ANVISA, entende-se por ILPIs “instituições governamentais ou não-governamentais, de caráter residencial, destinadas a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade, dignidade e cidadania” (CAMARANO; KANSO, 2010, p.234).

Silva e Santos (2007), caracterizam as ILPIs como residências que possuem atribuições com caráter especializado, isto é, que oferecem serviços de assistência a partir de uma dimensão multiprofissional, a exemplo de cuidados de profissionais da medicina, enfermagem, nutricionistas, fisioterapeutas, técnicos e assistentes de enfermagem, bem como cuidadores especializados.

Entretanto, afirma Santos et al. (2008), que o aumento dessas instituições são em respostas as elevadas taxas de pessoas com idades superiores a 60 anos, o que, conseqüentemente, tem influenciado no proporcionamento na qualidade de serviços ofertados. Pontua ainda, que a sua quantidade expressiva e desorganizada tem feito muitas ILPIs ficarem sem profissionais qualificados para atender esse público-alvo.

Elucidam Freitas e Noronha (2009, p.360), a partir de seus estudos, que esses lugares tem ocupado uma dimensão simbólica na sociedade contemporânea,

cujo significado está vinculado a “locais privilegiados para se observar esse modo de viver a velhice”. Assim, tal cenário denuncia não somente as impressões quer sejam positivas ou negativas da figura do idoso, mas a ausência de importância referente aos sentimentos dos idosos.

Ainda na perspectiva dos autores supracitados acima, foram percebidos que os sentimentos centrais vivenciados pelos idosos nessas instituições estão direcionadas as experiências como de solidão, abandono e desprezo, portanto, postulando que as ILPIs têm representado uma espécie de “depósito de idosos”.

3.2.2 A representação social e a experiência do idoso na Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI)

3.2.2.1 A representação social, o idoso e o processo identitário

Sabe-se que a Teoria das Representações Sociais (TRS) é essencial para que os conhecimentos sejam entendidos, visto que é primordial que consideremos as vivências dos indivíduos que se implicam no meio social, especialmente, no que diz respeito ao processo de aprendizagem e elementos ressignificados pelos sujeitos ao longo dos tempos. É importante frisar ainda que os laços criados dessas representações necessitam serem visualizados em sua dimensão relacional tanto referente vínculo para com os outros como com o mundo. Assim, a TRS está inclinada na exploração do porquê e como os indivíduos, a sociedade em uma perspectiva geral, reflete e atua, além de investigar as possíveis consequências dessas relações (ARAÚJO; CALSA, 2013).

Introduz Moscovici (2009), que o processo de mudança e as representações sociais expressam relevância à medida que permitem compreender como esses elementos causam um impacto significativo na vida das pessoas, sendo que é por meio delas que se pode apreender como as pessoas interagem, se comunicam, emitem determinados comportamentos, pensam, dentre outros. As representações sociais apresentam-se ainda para os sujeitos em um viés de concretude, material, pois elas dão-se em consequência da interação entre a sociedade e o mesmo.

Andrade (2003), elucida que as representações sociais estão relacionadas a significação atribuída aos objetos sociais e de seu elo para com os indivíduos e sociedade, mediado por saberes, informações, ações e fotografias que são consequentemente embasados na experiência do próprio viver na cultura.

Complementa Alves-Mazzotti (1994), elas são explicitadas transversalmente por preceitos de significados sociais que são arraigados e compartilhados entre os sujeitos que atingem abranger e explicar tal significação. Todavia, esses preceitos são aprofundados e compartilhados, como igualmente compostos por indivíduos atuantes no social e na cultura. E para que se indaguem essas representações sociais e seus princípios de significação, é imperativo que haja uma apreensão de como as pessoas percebem a realidade.

Em vista disso, enfatiza-se a questão da identidade em relação ao envelhecimento, ressaltando os diversos questionamentos sobre a experiência da velhice e as características que demarcam os processos identitários. De acordo com Paula (2008), esta está direcionada ao objetivo primeiro do ser humano, onde o seu paradigma essencial é a busca de sentido. Destaca Neri (1997), que o constructo de velho e velhice, apesar das inúmeras transformações ao longo do tempo referente ao seu significado, a exemplo de invalidez, término de vida, entre outros, os estereótipos como sujeito incapaz, abandonado e infeliz, ainda exercem expressivas significações na sociedade.

Assim, o entendimento da constituição da identidade do idoso, sobretudo na ILPIs, denota importância, pois, além de a realidade e as vivências serem distintas, o sujeito iniciará um processo de uma nova construção de identidade, devido a lógica institucional, os relacionamentos estabelecidos, o lugar de identificação em meio as práticas de discursos e os sentidos atribuídos a essa nova experiência (DEBERT, 1997).

3.2.2.2 Aspectos psicossociais dos idosos institucionalizados

Sabe-se que ao se relatar sobre a experiência, geralmente o que está imbuído nesse dizer é a atribuição de significado que as pessoas colocam no mundo e nas

vivências para com o outro. Nesse intuito, pensar a figura do idoso nas ILPI's é estar imerso nas diversas implicações que os mesmos fazem em relação a esse lugar, conseqüentemente contribuindo para a constituição de sua identidade (BORN, 2002; SOUZA, OLIVEIRA, 2006).

Todavia, para se compreender tal vivência dos idosos, é necessário estar atento aos muitos sentimentos expressados desde a sua entrada à permanência nas ILPI's. A partir do estudo Souza Oliveira (2006) sobre o significado de estar asilado, é perceptível a influência desse lugar tanto no aspecto emocional como psicológico. A mudança de rotina além de impactar na forma como os idosos enxergam-se, contribuem, de forma significativa, para o advento de questionamentos vinculados ao abandono por parte dos familiares, solidão, angústia, sofrimentos, cuidado, dentre outros.

De acordo com Beauvoir (1990), esse modo de ser no mundo é em decorrência da maneira como a sociedade trata o idoso, visto que os sentimentos negativos (solidão, tristeza, angústia, etc) não diz respeito a acontecimentos específicos na vida desse, mas é resultado de um processo que se arrasta em todo o percurso vivido, que finda por relacionar-se também com uma condição de inutilidade.

Visualiza-se ainda que o processo de envelhecimento para o ser humano representa um dos períodos mais difíceis de sua vida, devido a nossa incapacidade de administrar as limitações advindas da idade, bem como da nossa dificuldade de ir além da experiência do envelhecer. É perceptível que esse processo recaia em uma negação da própria realidade e adjunto a isso também a sua experiência e conhecimentos de mundo. Como afirma Beauvoir (1990), o mundo moderno tem desvalorizado cada vez mais a figura do idoso, tem lhe reduzido e o sufocado, denegrado a sua memória e os seus sonhos, impossibilitando-os de seguir firmes, confiantes e cheios de sentidos.

Ângelo (2000), elucida que muitos dos idosos encaminhados para os asilos, experienciam no seu cotidiano momentos de carência afetiva, sentimento de rejeição e abandono, bem como apresentam complicação na saúde, sendo potencializadas quando não existe um cuidado afetivo.

Segundo Souza Oliveira (2006),

Esse sentimento de abandono é um dos pontos que mais contribui para a depressão e os problemas de saúde em geral. É, importante, as famílias estabelecerem esquemas para que o idoso saiba que sempre pode contar com alguém, quando necessário, e receba visitas periódicas dos familiares, saindo com eles sempre que possível e mantendo o vínculo familiar.

Elenca ainda Siqueira et al. (2009), que dentre os centrais fatores de risco para a depressão em idosos, estão: o isolamento social, adoecimento tanto de si como da pessoa amada, ser institucionalizado, perda de interesse nas atividades do cotidiano, abandono, etc.

Complementa Siqueira et al. (2009), a sintomatologia da depressão envolve diversas alterações tanto a nível corporal como emocional e psicológico, no entanto devido a especificidade do estudo foram enfatizados os aspectos emocionais e psicológicos. Assim, visualiza-se como sintomas principais sentimento de tristeza, pensamentos negativos como inutilidade e baixa autoestima, como dores no corpo em decorrência desses últimos aspectos citados.

Outros estudos como o de Alves, Moura e Da Silva (2017), afirmam que a incapacidade de lidar com a velhice além de causar sofrimento psicológico, representa uma das contribuições para o adoecimento, sobretudo pertinentes aos idosos institucionalizados.

Logo, nota-se que a institucionalização do idoso é vista por meio de diversas facetas no que diz respeito a sua vivência, caracterizando esta última, muitas vezes, como solitária, triste, ociosa, o que finda por contribuir para um processo de isolamento e fragilização quer seja em relação a si mesmo como sentir-se inútil, sem forças, sem capacidade para fazer alguma atividade, assim como em uma perspectiva de laço social, visto que ambos os fatores influenciam consideravelmente para muitos tipos de sofrimento mental, a exemplo da ansiedade, depressão, dentre outros (HARTMANN JUNIOR et al., 2012).

3.3 TERRITORIALIDADE, A VIVÊNCIA DO IDOSO NA ILPI E A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA EM UMA PERSPECTIVA DE CUIDADO

3.3.1 Territorialidade, a vivência do idoso na ILPI e as formas de resistências

Connangle e Vercauteren (2007), afirmam que a lógica institucional, principalmente das ILPIs, exerce uma influência significativa não somente pertinente aos indivíduos, mas também em relação aos valores e formas de pensar e agir. Goffman (2005), em suas análises sobre essas instituições e o seu poder, no século XX, constatou que há uma prevalência de ruptura dos sujeitos institucionalizados com o mundo externo.

A vida cotidiana institucionalizada é homogeneizada não só pelo lugar comum de vida de um coletivo, mas pela mesmice das atividades e práticas ordenadas por um regulamento ou planejamento burocrático ou técnico, com uma padronização do modo de vida. O modelo político-institucional de organização da vida diária implica um ritual de atividades comuns e coletivas, estabelecido em regimentos, normas e comunicados, com horários definidos, espaços modelados, pessoal com tarefas prescritas para cada tipo em tempos cronometrados. (FALEIROS; MORANO, 2009, p.322).

Entretanto, deve-se ressaltar a presença de uma rotina cotidiana na instituição, cujo intuito está inclinado na qualidade da promoção da assistência constante e operacionalizada. Aliado a isso, é necessário ainda respeitar o espaço do idoso, estimulando cada vez mais e construindo contextos para que o mesmo possa desenvolver sua autonomia, sempre considerando suas limitações. A participação do idoso na constituição das atividades e na sua realização propriamente dita, é imprescindível para o aumento da sua autonomia, visto que, na maioria das vezes, o espaço significado pode estar relacionado a um modo de viver monótono (BORN, 2002; SOUZA OLIVEIRA, 2006).

Souza Oliveira (2006, p. 54), elenca que a territorialidade é constituída a partir do caráter relacional e afetivo que a pessoa estabelece com o seu meio e com as pessoas, sendo “a parte do espaço com o qual uma pessoa se identifica e mantém intimidade, e no qual convive e mantém vínculos de identidade”. No caso das ILPIs, para muitos idosos a experiência com esse lugar pode representar um lugar cheio de processos identificatórios e identitários.

De tal modo, decorre a

Territorializa-se porque tem o conceito de existência que foi construído pela sociedade e também porque há ao mesmo tempo a subjetividade dos “atores” que agem. Os idosos, a partir da sua subjetividade ora estão de acordo com a significância da existência do asilo, ora estão em desacordo com essa significância, e é nessa ação que a territorialidade vai se

construindo. Para alguns idosos o asilo é um espaço de acolhimento, de identificação, de sentir prazer em estar ali, mas para outros o asilo é um espaço de não identificação, de recusa, de repulsa (SOUZA OLIVEIRA, 2006, p.55).

Nessa direção, ver-se então que para gerar questionamentos frutíferos em relação a lógica institucional, é preciso antes de tudo criar um espaço de coletividade que possibilite a execução de “encontros entre sujeitos com distintos interesses e papéis institucionais, construindo oportunidade para análise e tomada de decisão sobre temas relevantes” (CAMPOS et al., 2014, p.3). É nesta perspectiva que a figura do profissional da psicologia deve atuar, indo além das dimensões reducionistas, sobretudo aquelas que não dão ênfase a subjetividade dos sujeitos no processo de saúde e doença.

A construção desses lugares simbólicos além de comportar amplas discussões de assuntos, especialmente, sobre a vida e a sociedade de modo geral, finda por desconstruir práticas reducionistas e relações verticais (SMEKE; OLIVEIRA, 2001), admite o sujeito se apropriar da sua história e perceber-se nesse processo de conscientização como co-produtor dela mesma. Consequentemente, o fazendo empoderar-se frente a sua realidade, capacitando-o, portanto, como um ator social co-responsável implicado na transformação social e na sua vida. Já no que diz respeito ao processo de adoecimento, o empoderamento é pertinente à medida que o sujeito toma consciência de suas escolhas e as possíveis consequências, estando vinculado a isso o papel de explorar também as possibilidades junto à equipe de saúde, intervenções que possibilitem a prevenção e a promoção do bem-estar biopsicossocial a partir da análise subjetiva e social no qual está situado.

A presente reflexão está vinculada a co-responsabilização, articulação ou cooperação que determinadas pessoas e instituições possuem, indo de um contexto amplo à mais pequenos, ou seja, do todo às partes, da sociedade ao indivíduo. De tal modo, a problemática se delinea na importância que as instituições ou pessoas possuem frente a execução de um papel específico no meio social. O que o questionamento de Jaeger (1989), quer dizer é que quando não existe uma cooperação entre os sujeitos que compõem a sociedade, esta estará condenada ao não desenvolvimento, ficando apenas à mercê das consequências ocorridas em sua realidade. Cooperar em rede é possibilitar dar forma a um todo, é conectar estas

partes que estavam isoladas a algo maior que, se configura como sociedade. E é estando dentro de uma sociedade imerso em uma perspectiva de coresponsabilização da parte de todos que, é possível criar formas pensada no cuidado integral dos sujeitos.

3.3.2 A vivência do idoso na ILPI e a contribuição da Psicologia em uma perspectiva de cuidado.

3.3.2.1 As políticas e o processo de cuidado em saúde

Para a Fundação Nacional de saúde – FUNASA, a educação em saúde está fixada em sua ordem de funcionamento próprio. Isso é estabelecido na portaria 1.776 de 08 de setembro de 2003, em que são definidas as competências e capacidades da Assessoria de Comunicação e Educação em Saúde em detrimento das competências de outros âmbitos dentro do órgão (BRASIL, 2007).

A lei 8.080 de 1990, responsável pela regulamentação do Sistema Único de Saúde estabelece em seu artigo 5º um dos seus tantos objetivos atribuídos ao sistema, sendo este: “a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas”. Nesse sentido, torna-se papel do gestor federal e estadual a Educação em Saúde, sendo a Norma Operacional Básica de 1996 a responsável por redefinir estas responsabilidades atribuídas anteriormente aos estados, passando agora a ser de responsabilidade dos municípios (BRASIL, 2007).

Assim, o cuidado em saúde vai muito além da mera aplicabilidade de técnicas que objetivam a cura, está fundamentado pelos princípios éticos, humanísticos, solidários e culturais, sendo caracterizado por uma relação entre dois sujeitos ou mais que compartilham do mesmo interesse: amenizar o sofrimento ou possibilitar o bem-estar (GARIGLIO, 2012).

Dessa forma, o Ministério da Saúde através de políticas nacionais de atenção básica visa estabelecer um vínculo entre as Estratégias de Saúde da Família (ESF)

e a comunidade, diminuindo as lacunas existentes entre ambos ao mesmo tempo que há um estreitamento das relações do sujeito dentro do equipamento (ROSA; LABATE, 2005). Nesse sentido, o Agente Comunitário de Saúde (ACS) como um sujeito pertencente ao território onde trabalha, é responsável pela aproximação entre a população e a equipe (JARDIM; LANCMAN, 2009).

Segundo Jardim e Lancman (2009), a Atenção Primária à Saúde tem como característica o primeiro contato do sujeito com os atendimentos públicos de saúde, realizando um acolhimento inicial que ultrapassa os limites da clínica médica tradicional que visa ações curativas e individuais, passando a compreender a complexidade do processo saúde – doença em todos os seus aspectos. Assim, somado ao caráter curativista cabe-se promover intervenções preventivas, como por exemplo, educação em saúde. Além disso, o olhar para o sujeito não visualiza apenas a esfera individual, mas também a esfera coletiva em que o sujeito está inserido.

3.3.2.2 O idoso na ILPI e a contribuição da psicologia

A contribuição da Psicologia dar-se a partir da oposição a ideais que não possuem em seu cerne a inclusão das minorias, sendo sua prática, assim, marcada pela promoção da universalização do que é de direito destas, cuja responsabilidade é possibilitar o acesso e desenvolvimento destes sujeitos frente as variadas formas de sofrimento sofridas no seio social (MAGESKY, MODESTO; TORRES, 2009).

De acordo com Cardozo (2009, p.17), referenciando Neri (2005), o papel do psicólogo nas ILPI centra-se na:

Avaliação psicológica; intervenção psicológica; informação; psicoterapias individuais e grupais; tratamento de déficits e de distúrbios cognitivos e psicomotores; reabilitação cognitiva dos idosos; orientação e aconselhamento a familiares de idosos; assessoria a instituições públicas e privadas que amparam e cuidam de idosos e suas famílias; assessoria, planejamento, e execução de programas de promoção em saúde na comunidade e em promoção social para idosos; apoio psicológico a profissionais que cuidam de idosos; e participação em equipes multiprofissionais.

Apona Neri (2005), que além de atuar na contribuição da promoção de bemestar dos idosos institucionalizados, pode favorecer treinamentos e suporte psicológico para os profissionais que cuidam desses. Assim, o olhar da Psicologia, um olhar mais humanizado revela o cuidado que é preciso possuir diante da complexidade das questões emocionais, sociais, familiares que se apresentam frente aos idosos, possibilitando ir além das concepções superficiais (aparências) e ir de encontro com aspectos intersubjetivos e subjetivos de cada um (NERI, 2005).

Complementa Magesky, Modesto e Torres (2009), que a atuação da psicologia está voltada para a problematização referente a experiência do idoso na instituição, promovendo a constituição de uma reconfiguração subjetiva para com as situações vivenciadas durante o cotidiano. Logo, a importância da figura do profissional da Psicologia na ILPI, está direcionada em construir espaços que possibilite aos idosos ressignificar sua experiência, contribuindo, por sua vez, na busca de um sentido para as suas vidas, bem como através de intervenções grupais promover para que os mesmos possam construir laços afetivos e sociais (ALCÂNTARA, 2004).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das literaturas pesquisadas, percebeu-se no contexto da contemporaneidade um aumento expressivo no que diz respeito a pessoas com mais de 60 anos, o que os caracteriza como idosos. Aliado a isso, notou-se igualmente números alarmantes em relação ao seu abandono por parte, especialmente, dos familiares.

Na tentativa de compreender esses dados significativos, as literaturas demonstraram que as transformações ao longo da história representam um forte fator contribuinte, já que na atualidade existe uma primazia em valorizar elementos consonantes com o que é considerado belo e jovem.

A velhice e o processo de envelhecimento, apesar de não serem bem visualizados na sociedade, consiste em um aspecto relevante do desenvolvimento humano, visto que sua negação ou condenação tem gerado consequências expressivas, a exemplo do abandono dos idosos nas ILPIs. A negação de ambos, além de ser prejudicial para o entendimento do ser humano em uma perspectiva subjetiva, é também nocivo pertinente a apreensão da sua própria história.

Sobretudo, referente aos idosos, os estudos apontam que o abandono quer seja nas ILPIs ou não, tem causado um impacto considerável na vida desses, indo desde consequências a nível biológico, neurológico à mental.

As experiências nas ILPIs são caracterizadas pelos idosos como solitárias, inúteis, de abandono ou até mesmo de desprezo, visto que em quadros mais extremos os fatores psicológicos e emocionais são presentes como, por exemplo, depressão, baixa autoestima, etc.

Neste intuito, a presente pesquisa expressa relevância não apenas na compreensão da realidade vinculada a experiência de abandono do idoso, mas também destacar como a psicologia pode contribuir para minimizar os impactos decorrentes do abandono. Aqui, o papel do psicólogo é imprescindível, devido a sua atuação está direcionada a considerar o outro em sua subjetividade, o entendendo como uma pessoa autônoma, capaz e condutora da sua própria vida.

Em meio a isso, enfatiza-se que a pesquisa tem um caráter limitado, já que analisa somente alguns pontos. Portanto, estando sujeita a novos estudos. Outra contribuição diz respeito a figura da pesquisadora, proporcionando, dessa forma, maior interação e conhecimento para com o tema proposto.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, A. O. **Velhos institucionalizados e família**: entre abafos e desabafos. São Paulo: Editora Alínea; 2004.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. **Em Aberto**. Brasília, ano 14, n. 61, jan./mar., 1994. Disponível em:<file:///C:/Users/Johnathan/Downloads/1169-1961-1-PB.pdf>. Acesso em: 06/04/2019.
- ALVES, E. M. S.; MOURA, K. S.; DA SILVA, L. K. B. Olhar sobre a saúde mental do idoso institucionalizado: relato de experiência de visitas observacionais de acadêmicos de terapia ocupacional. **In: Congresso Internacional Envelhecimento Humano – CIEH**. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/cieh/trabalhos/TRABALHO_EV075_MD4_SA14_ID869_23102017195420.pdf>. Acesso em: 18/04/2019.
- ANDRADE, Oséias Guimarães. Representações Sociais de Saúde e de Doença na Velhice. **Acta Scientiarum Health Sciences**, Maringá, v. 25, n. 2, p. 207-213, out, 2003. Disponível em: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHealthSci/article/viewFile/2235/1461>>. Acesso em: 06/04/2019.
- AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE**. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-denoticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30milhoes-em-2017>>. Acesso em: 22/03/2019.
- ARAÚJO, K. de T; CALSA, G. C. **A teoria das representações sociais (TRS) e a psicologia social como fundamentos para as reflexões sobre a constituição de saberes, as significações de práticas sociais e a escola**. XI Congresso nacional de educação- EDUCERE, 2013. Disponível em:<http://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/9964_5196.pdf>. Acesso em: 06/04/2019.
- BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice**. Tradução de Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BORN, T. Cuidado ao idoso em instituição. In: **Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada**. 2002. p. 403-414. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p &nextAction=lnk&exprSearch=343011&indexSearch=ID>>. Acesso em: 07/04/2019.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Diretrizes de educação em saúde visando à promoção da saúde: documento base – **Ministério da Saúde e Fundação Nacional de Saúde** – Brasília, 2007. Disponível em: <www.funasa.gov.br/site/wpcontent/files_mf/dir_ed_sau.pdf>. Acesso em: 22/05/2019

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 03 out. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em: 22/03/2019

CARDOZO, J. P. **As atuações do psicólogo em Instituições de Longa Permanência para Idosos**. 2009. 71 f. Monografia para obtenção de Bacharelado em Psicologia. Universidade do Vale do Itajaí. Centro de Ciências da Saúde. Itajaí. 2009. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Jessica%20Pereira%20Cardozo.pdf>>. Acesso em: 22/05/2019.

CÓDIGO PENAL. Diário Oficial da União. Brasília, 31 dez. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 22/03/2019

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa *et al.* A aplicação da metodologia Paideia no apoio institucional, no apoio matricial e na clínica ampliada. **Interface- Comunicação, Saúde, Educação**, v. 18, p. 983-995, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/icse/2014.v18suppl1/983-995/>>. Acesso em: 07/04/2019.

CONNANGLE, S.; VERCAUTEREN, R. **Gerenciar a abordagem da qualidade na instituição para idosos da cultura gerontológica de equipes multiprofissionais**. Ramonville Saint-Agne: ÉditionÉres, 2007.

DEBERT, G. G. A invenção da Terceira Idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 39-56, jun. 1997. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000037&pid=S01037331199900020000400004&lng=pt>. Acesso em: 06/04/2019.

FALEIROS, V. P.; MORANO, T. Cotidiano e relações de poder numa instituição de longa permanência para pessoas idosas. **Revista Textos & Contextos Porto Alegre**, v.8, n.2, p.319-338, jul-dez, 2009. Disponível em: <

[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9086/1/ARTIGO_CotidianoRelacoesPoder.p](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9086/1/ARTIGO_CotidianoRelacoesPoder.pdf)

[df](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9086/1/ARTIGO_CotidianoRelacoesPoder.pdf)>. Acesso em: 06/04/2019.

GARIGLIO, M. T. O. O cuidado em saúde. In: MINAS GERAIS. **Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. Oficinas de qualificação da atenção**

primária à saúde em Belo Horizonte, Oficina, 2012. Disponível em:

<<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/4097.pdf>>. Acesso em: 22/05/2019

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

HARTMANN JUNIOR, J. A. S.; GOMES, G. C.; JANUÁRIO, A. C. S.; QUEIROZ, R.; SOUGEY, E. B. Qualidade de vida e depressão em idosas institucionalizadas.

Neurobiologia, 75(3-4), 2012. Disponível em:

<<https://revistaneurobiologia.com.br/187-giliane-cordeiro-gomes>>. Acesso em: 19/04/2019.

JARDIM, T. A.; LANCMAN, S. Aspectos subjetivos do morar e trabalhar na mesma comunidade: a realidade vivenciada pelo agente comunitário de saúde.

Interface Comunicação, Saúde, Educação, v. 13, p. 123-135, 2009. Disponível em:

<

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141432832009000100011&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 22/05/2019

JAEGER, W. W. **Paideia**: a formação do homem grego. Tradução: Artur M. Pareira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1dx7fYoTbqo5oulipHQ4HalFScB1b41_P/view>. Acesso em: 07/04/2019.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 5ª.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7ª. ed. 7ª. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

MAGESKY, A. M.; MODESTO, J. L.; TORRES, L. C. Intervenção psicossocial com um grupo de idosos institucionalizados. **Revista saúde e pesquisa**, vol. 2, nº. 2, p.217-224, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq>>. Acesso em: 22/05/2019

MARCONI, M. A. **Metodologia científica**: para o curso de direito. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MOREIRA, J. O. Mudanças na percepção sobre o processo de envelhecimento: reflexões preliminares. **Psic.: Teor. e Pesq. [online]**, vol.28, n.4, p.451-456, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S010237722012000400003>>. Acesso em: 20/03/2019

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Editora Vozes, 2009.

NERI, A. L. Qualidade de Vida na Velhice. In: DELITTI, Maly (Org.). **Sobre Comportamento e Cognição**: A prática da análise do comportamento e da terapia cognitivo-comportamental. v. 2. São Paulo: ArBytes, 1997. p. 34-40.

NERI, A. L. Contribuições da psicologia ao estudo e à intervenção no campo da velhice. **RBCEH - Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, Passo Fundo, p.69-80, jan./jun, 2004. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rbceh/article/view/46>>. Acesso em: 21/03/2019

NERI, A. L. O que a psicologia tem a oferecer ao estudo e à intervenção no campo do envelhecimento no Brasil. In: NERI, A. L.; YASSUDA, M. S. (Org.). **Velhice bem sucedida: aspectos afetivos e cognitivos**. Campinas: Papyrus, 2005.

PAPÁLIA, D. F. R. D. **Desenvolvimento humano**. 12^a ed. Porto Alegre: McGraw Hill, Artmed, 2013.

PAULA, R. S. A Construção Identitária da Pessoa Idosa. **Revista Fórum Identidades**, Itabaiana, v. 3, n. 3, p. 111-117, jan./jun. 2008. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/download/1753/1542>>. Acesso em: 06/04/2019

RODRIGUES, N. C et al. **Gerontologia social: para leigos**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

ROSA, Walisete de Almeida Godinho; LABATE, Renata Curi. Programa Saúde da Família: a construção de um novo modelo de assistência. **Revista latino-americana de Enfermagem**, v.13, n.6, p.1027-1034, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692005000600016&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 22/05/2019

SANTOS, M. M.; GERLACH, K.; DRÜGG, A. M. S. Psicologia do envelhecimento. **Salão do Conhecimento**, v. 1, n. 1, p. 2318-2385, 2015. Disponível em: <<https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/index>>. Acesso em: 21/03/2019

SMEKE, E. L. M; OLIVEIRA, N. L. S. Educação em saúde e concepções do sujeito. In: VASCONCELOS, E. M. (Org). **A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da rede educação popular e saúde**. São Paulo: HUCITEC, 2011. p. 115-136.

SIQUEIRA, G. R. et al. Análise da sintomatologia depressiva nos moradores do Abrigo Cristo Redentor através da aplicação da Escala de Depressão Geriátrica (EDG). **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 253-259, fev. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232009000100031&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19/04/2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232009000100031>.

SOUZA OLIVEIRA, R. **O significado do estar asilado para o idoso**. 2006. 93 f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/10251/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Enf_Ros%C3%A2ngela%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 07/04/2019.

SCHNEIDER, R. H.; IRIGARAY, T. Q. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Estudos de Psicologia**. CampinasSP, v.25, n.4, p.585-593, out-dez, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n4/a13v25n4.pdf>>. Acesso em: 21/03/2019.

SILVA, L. R. F. Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento, **Hist. cienc. saude- Manguinhos [online]**, v.15, n.1, p.155-168, jan-mar, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702008000100009&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 21/03/2019.

VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo; DE BARROS, Marília Ferreira. Abandono Afetivo Inverso: O Abandono do Idoso e a Violação do Dever de Cuidado por Parte da Prole. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito-PPGDir./UFRGS**, v. 11, n. 3, 2016. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/ppgdir/article/view/66610>>. Acesso em: 22/03/2019.